



ATA Nº 8/2020

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de 2020, no edifício dos Paços do Município e sala de reuniões da Assembleia Municipal, reuniu-se, para continuação da reunião de 2/10/2020, a Assembleia Municipal de Espinho presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Rosa Martins de Freitas Duarte e Guilhermino Pedro de Sousa Pereira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Requerer e apreciar os esclarecimentos prestados pela Câmara sobre a requalificação das Ruas 19, 24, 33 e sobre todos os abates, já executados e os ainda previstos, de árvores no concelho de Espinho;
2. Recomendar a suspensão imediata de todos os abates de árvores (em curso e futuros) no âmbito de intervenções urbanísticas.

A reunião iniciou-se às 21h30, dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente Joaquim José Pinto Moreira. Estiveram também presentes os Vereadores António Vicente de Amorim Alves Pinto, Maria de Lurdes Santos Ganicho, Quirino Manuel Mesquita de Jesus e Adelino Miguel Lino Moreira Reis.

Foi verificada a presença dos membros Maria Susana Gomes de Castro Valente, José Maria Pereira de Carvalho e Sá, António Manuel Pinto de Oliveira, Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, João Paulo Sobral do Couto Silva Carapeto, José Adolfo Carvalho Rocha, António José Borges Regedor, Henrique José Pedro Cierco, Jorge Manuel de Oliveira Carvalho e dos Presidentes da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro e da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias

Foi dada nota do pedido de substituição da Presidente da Mesa da Assembleia Municipal por Isabel Resende e dos membros Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto por António Carvalho, Ricardo Bastos Sousa por Margarida Ribeiro, João Oliveira Passos por Floriano Alves, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Vitor Ruivo, Diogo dos Santos Pedrosa por Rosa Pereira, António José Nunes Teixeira Lopes por José Manuel A. Novo, Jorge Eduardo da Nave Pina por Jacinto Noronha e do Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde – José Carlos da Silva Teixeira por Pedro Tavares, tendo faltado, por motivo justificado, António Manuel de Sousa Andrade e o

Presidente da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida.

Verificado o quórum, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício declarou aberta a reunião, dando a palavra à Câmara para apresentar os projetos, tendo o Vice-presidente referido que estavam presentes os técnicos para apresentação dos projetos de requalificação da rede viária. Lembrou que os projetos na área da rede viária tinham sido apresentados, em várias perspetivas, nos orçamentos municipais, constituíam um investimento de quase 28 milhões de euros, composto por 9,5 milhões de fundos comunitários, por um financiamento ao banco europeu de investimento de 3,5 milhões de euros, já aprovado pela Assembleia, por um apoio do Turismo de Portugal de 6,2 milhões e ainda por 8,5 milhões por parte do município. Acrescentou que a cidade estava a viver uma grande oportunidade na transformação da rede viária e substituição de infraestruturas e de acessibilidades, para ser uma cidade com outro conceito de mobilidade. Procedeu, então, à apresentação dos Técnicos para a apresentação e explicação dos projetos e disse que a mesma seria coadjuvada com projeção em slide.

Tomou a palavra o Eng.º Álvaro Duarte que apresentou e explicou o projeto da Requalificação da Rua 19 (nascente) entre a Rotunda da Congosta e a Rua 22 e ainda do projeto de Requalificação da Rua 19 entre a Rua 20 e a Rua 8; de seguida o Arq.º Pedro Silva para a Requalificação da Rua 33, ente a Rua 4 e a Rua 32; o Arq.º Tiago Matos para o Projeto de Reabilitação da Rua 20 e a Arq.ª Luísa Roque para a Reabilitação da Zona Norte do Concelho entre a ReCafe e a Rua 20.

De seguida, pediu a palavra o Presidente da Câmara para dizer que os projetistas deram uma explicação cabal quanto aos objetivos pretendidos com as requalificações, sob os pontos de vista viário, das infraestruturas e arbóreo e estavam presentes para responder a todas as questões que lhe fossem colocadas.

António Regedor (PMG) disse que a solução encontrada para a parte poente da Rua 19 ia na linha de um espaço despido, parecendo-lhe que o coberto arbóreo era de alguma forma disperso e pontuado. Disse ainda que algumas referências que os projetistas fizeram relativamente ao estado do coberto arbóreo não eram justas, dado que, atualmente, as plantas estavam danificadas por uma má prática de poda e não por estarem doentes, acrescentando que as árvores não tinham um problema fitossanitário mas mecânico. Referiu que não considerava correto apontarem o



problema das tubagens de abastecimento de água para as árvores porque, em princípio, as raízes não iam para dentro dos tubos, exceto se existissem fissuras, e ainda que, estando as árvores saudáveis, as suas raízes eram profundas, não se envolvendo nas tubagens, pelo que o problema não era do coberto arbóreo mas de outras ações nele exercido. Fez notar que não ficou claro, na explicação dos projetos, nomeadamente nos da Rua 33 e da Rua 20, se as ciclovias seriam segregadas, qual seria a sua cota, se as árvores seriam transplantadas e se o cuidado das caldeiras seria tido em atenção. Disse que o grande objetivo da ciclovia era o de dar conforto, confiança e segurança aos seus utilizadores para usarem a via pública, o que não acontecia se não fosse segregada. Disse ainda que esperava que no slide apresentado sobre o estacionamento de bicicletas fosse apenas uma ilustração e não a solução porque era uma solução negativa, existindo outras bem melhores.

João Carapeto (PS) disse que iria tentar manter o assunto no que devia ter sido sempre, ou seja uma análise de opções políticas e de visão para a cidade e não no que a Câmara Municipal queria fazer, tornando o assunto numa questão técnica e estética, embora não pudesse deixar de referir que era muito triste uma intervenção daquela natureza, que pegava na história da cidade, colocando-a no lixo, ao fazer-se um "S" numa cidade com 100 anos de ruas a direito. Perguntou, uma vez que a pergunta do PS, quando convocou a realização da Assembleia extraordinária, continuava a não ser respondida, quantas árvores estavam em risco de ser abatidas e a sua implicação, em termos práticos, na diminuição da mancha arbórea da cidade, em todos os projetos, mas nomeadamente na Rua 19 ponte, uma vez que se verificava uma grande diminuição do número de caldeiras o que significava uma diminuição do número de árvores. Fez notar, sendo Espinho uma cidade plana e de tão pouca dimensão, que não havia um interesse fulcral na realização da ciclovia, sendo que a mesma devia-se ao facto de permitir pagar a alteração das canalizações e da rede de esgotos. Perguntou se existia, de facto estudo fitossanitário, sobre o estado das árvores, conforme lhe pareceu depreender pela exposição feita pelo Eng.º Álvaro Duarte e, existindo, a razão de não ter sido apresentado, tal como não foi apresentado a demonstração que as árvores prejudicavam os canos.

Jorge Carvalho (CDU) referiu que aquela Assembleia tinha sido marcada para apurar se havia uma redução significativa das árvores, que para além do aspeto estético, eram fundamentais para melhorar o meio ambiente, fazendo notar que existia uma grande diferença entre árvores, arbustos e relva. Acrescentou que Espinho não tinha

nenhum espaço verde em boas condições, tendo-se escolhido espécies pouco adequadas para uma cidade à beira do mar. Disse que o corte inesperado das árvores criou um sentimento de revolta nas pessoas e que não sentia, no executivo municipal, gosto pela natureza e pelas árvores. Referiu que era frontalmente contra o "S" que se pretendia criar na Rua 19, sendo que Espinho era uma cidade que tinha uma característica própria de quadrícula. Relativamente ao projeto da Zona norte do concelho, perguntou se a ciclovia seria executada pelo lado nascente, referindo que lhe parecia errado, dado que a ciclovia, na Avenida da Liberdade no concelho de Vila Nova de Gaia, estava do lado poente. Relativamente ao estreitamento da via automóvel disse que daria grandes problemas no futuro com constrangimentos no trânsito, em caso de, por exemplo, avaria de algum veículo na via pública, acrescentando que verificava-se existir uma perda de estacionamento automóvel na Rua 19 nascente. Perguntou se os mecos a colocar na rua que intersectava com a rua 19 poente, junto a atual Caixa Geral de Depósitos, seriam com método de recolhimento para permitir a passagem das cargas e descargas junto aos estabelecimentos. Chamou a atenção para a designação de uma rua, no projeto da zona norte, que constava como Rua da Divisão quando, na verdade, aquela rua denominava-se Rua dos Limites.

Susana Valente (PSD) perguntou aos técnicos presentes se achavam que os projetos que tentaram desenvolver eram coerentes com a Cidade, se atrairiam mais visitantes, e ainda se eram projetos adequados aos residentes e aos visitantes.

Começou por responder às perguntas o Eng.º Álvaro Duarte que disse que na Rua 19 poente previa-se a análise das árvores, sendo abatidas aquelas que não reúnissem condições fitossanitárias e plantadas novas de espécies diferentes. Disse que, no projeto, constavam espaços vazios sem árvores, mas que, se existissem árvores saudáveis, naqueles mesmos espaços, seriam mantidas. Relativamente à Rua 19 nascente, esclareceu que, na separação entre a ciclovia e o arruamento em curva, seriam colocadas árvores diversificadas, sendo que o número de árvores a recolocar seria cerca de 10% menos das que existiam. Esclareceu que as árvores da Rua 32 para cima estavam bastante danificadas, estavam em espaço de estacionamento sem caldeira, crescendo ao longo do tempo com as batidas dos carros e que, da Rua 32 para baixo, encontravam-se no local onde se previa executar a ciclovia. Disse que, no seu ponto de vista, era uma aposta correta, que defendia os interesses de todos os espinhenses e que, embora todos tivessem orgulho na malha urbana de Espinho,



existiam vários estudos que comprovavam que a malha não existia acima da Rua 32, pelo que o "S" a construir em nada danificava o aspeto visual, e conjuntamente com a elevação das passeiras, permitiria a redução da velocidade dos veículos. Relativamente aos lugares de estacionamento disse que eram cerca de 10% menos do que os atuais.

De seguida, o Arq.^o Pedro Silva explicou que as árvores seriam avaliadas, mantendo as que estivessem bem e substituindo as outras por espécies adequadas à intervenção, prevendo-se 54 árvores entre a Rua 4 e a Rua 32 e ainda a criação de uma faixa ajardinada com uma área de 310 m², entre a Rua 8 e a Rua 32. Disse que a ciclovia não era segregada e que na Holanda, onde se usava bicicleta há muitos anos, não existiam ciclovias, sendo aquela a tendência dos países onde se utilizava tradicionalmente a bicicleta. Disse que acreditava na intervenção, sendo que a ideia era fazer uma intervenção integrada que resolvesse algumas questões, nomeadamente a necessidade de utilização do espaço público. Disse que na questão do estacionamento na Rua 33, uma das premissas foi dotar a Rua de um perfil unificado e garantir a criação de novo estacionamento nas ruas transversais, sendo que todas as intervenções tinham um fio condutor. Disse ainda que o uso da bicicleta se aproximava cada vez mais de um veículo motorizado, em termos de regras a cumprir do código da estrada e referiu que as ciclovias tinham 1, 25 m e pequenos balizadores.

O Arq.^o Tiago Matos explicou que a Rua 20 seria segregada com altura do passeio, zonas ajardinadas e árvores. Disse que a Rua 20 seria uma espinha dorsal em cima da qual se pendurariam uma serie de intervenções no futuro, uma vez que a união europeia estava num movimento muito forte de intervenção para mudar todo um estilo de vida, sendo que aqueles projetos estavam inseridos naquela onda de mudança, fazendo notar que todos pensavam que o que conheciam há longos anos não iria mudar. Esclareceu que na Rua 20, haveria redução da velocidade dos veículos e preocupação com as áreas ajardinadas e árvores, sendo que não existiam projetos perfeitos e que seguiam um caderno de encargos agindo dentro de uma determinada encomenda, em concertação com a Câmara Municipal. Disse que estavam previstas zonas de estacionamento para as bicicletas.

A Arq.^a Luísa Roque explicou que, de facto a ciclovia estava do lado poente em S. Félix da Marinha e passava para o outro lado, na Rua 20, porque não havia grande solução para ser de outra forma, dado que o perfil da rua 20 era muito complicado,

desde logo devido a existência do Cemitério Municipal, não lhes tendo parecido boa ideia reduzir o estacionamento naquela zona. Disse acreditar no projeto, nem que fosse pelas questões de base, de usufruto, de circulação e de segurança das pessoas e que era fundamental o ponto de vista da inclusão numa cidade, embora tivesse noção de que nem tudo ficasse resolvido em situações com varias condicionantes que não podiam ser apagadas.

António Regedor (PMG) disse que se o processo se tivesse iniciado daquela forma, com aquelas explicações, teria sido mais correto e democrático e que só com muita pressão da Assembleia se conseguiu alguma clarificação. Fez notar que a questão não estava na necessidade da execução das obras explicadas nos projetos, mas na forma desastrosa, antidemocrática como a Câmara conduziu aquele processo, tendo procedido a um arboricídio velado que revoltou a população. Lembrou que a política era cuidar da coisa pública, ser autarca era servir. Disse que as árvores tinham valor que não era só estético, mas também ambiental, nomeadamente pelo sequestro de carbono que era fundamental para reduzir a temperatura média do planeta, sendo que, no caso de Espinho, era ainda mais importante por estar ligado à subida do nível médio das águas do mar, e era também económico. Perguntou para onde foi o dinheiro da madeira das árvores cortadas. Disse que as árvores estavam degradadas e troncadas pelo tratamento errado no tipo de podas que eram feitas, considerando-as desastrosas, que já alertara para aquele facto várias vezes e que quando se insistia em continuar daquela forma era uma irresponsabilidade, começando a ser criminoso porque era intencional. Considerava que as árvores podiam ter sido transplantadas. Referiu ainda que frente ao Centro Multimeios, cortaram-se árvores com a promessa de replantação, mas que até à data nada lá tinha sido colocado.

João Carapeto (PS) disse que tinham uma Câmara pouco corajosa, incapaz de assumir perante a cidade o compromisso assumido com o abate de árvores, fazendo, naquele dia, um exercício de clara má-fé porque a pergunta colocada no requerimento do PS para a marcação da reunião extraordinária da Assembleia ia no sentido de se saber, essencialmente, quantas árvores seriam cortadas, qual a razão para tal e, finalmente, “tentar” que houvesse um compromisso público com o ambiente da cidade, tendo-se chegado à conclusão que as árvores seriam todas abatidas. Referiu que a afirmação “só fizemos o que nos encomendaram” proferida por um dos técnicos era a pedra de toque daquele dia, ficando claro que era uma opção da Câmara abater as árvores, aumentar a pegada ecológica, os níveis de CO₂, a temperatura. Fez notar que a



vontade dos projetistas e de quem coordenaria a execução da obra era a de manter o máximo possível de árvores, pelo que, quando chegassem à votação do ponto 2, tinham todas as condições para votá-lo por unanimidade

Jorge Carvalho (CDU) referiu que aquela discussão mostrava bem como a Câmara, em 12 anos, não conseguiu colaborar com a Assembleia Municipal e que um projeto daquela envergadura, que não passava só pela substituição das tubagens e pela criação da ciclovia, embora admitindo que a sua execução obrigasse à retirada de algumas árvores, devia, antes de fechado, ter sido apresentado à Assembleia Municipal porque os números no orçamento municipal não mostravam os projetos. Disse que nestes 3 mandatos foi demonstrado que a Câmara Municipal tinha uma insensibilidade absoluta para com a natureza

António Regedor (PMG) disse que gostaria que ficasse claro, sendo que qualquer estudo fitossanitário o poderia demonstra, que as árvores não estavam doentes do ponto de vista fitossanitário mas que estavam afetadas do ponto de vista mecânico e que poderiam ter sido transplantadas noutra local.

Susana Valente (PSD) referiu que já tinha sido demonstrado que teriam mais árvores e mais espaços verdes. Esclareceu que da forma que estava o ponto 2 era inevitável que o voto fosse contra.

Presidente CME disse que estavam a assistir em Espinho a um processo revolucionário, uma concretização das diversas empreitadas e projetos que, ali, foram explicitamente claros, que alterariam o modo de vida da cidade, porque acreditavam que as políticas de descarbonização eram o futuro da sociedade, sendo que Espinho tinha condições únicas do ponto de vista da sua geografia, da sua geometria para implementar aquela requalificação, salientando que o investimento era de quase 30 milhões de euros, que consistia numa rede integrada de ciclovias, prosseguia as políticas de descarbonização, implementava os meios suaves de transporte, uma requalificação viária para diminuição da sinistralidade, melhorava as acessibilidade das pessoas, designadamente das pessoas com mobilidade reduzida e mobilidade condicionada, e ainda renovava e substituía as condutas de água e saneamento e o enterramento de cabos de eletricidade e de comunicações que estavam à superfície. Sobre a questão dos espaços verdes e da arborização, disse que importava dizer que foi a Câmara em funções que avançou com o parque da Cidade, que no RECAFE, existiam 19 mil metros quadrados de áreas verdes, na entrada norte da cidade, 7 500

metros quadrados, na Rua 19 nascente, 1400 metros quadrados de área verde que dantes não existia, e ainda 310 metros quadrados na Rua 33.

João Carapeto (PS) fez uma interpelação à Mesa para questionar a Câmara no sentido de informar sobre os abates de árvores já executados e os ainda previstos, dado que sobre aquele assunto continuava o esclarecimento por fazer.

Presidente da Mesa em exercício, disse que entendia a questão, mas que depois de todos os esclarecimentos dados, acreditava não existirem mais dúvidas sobre aquela matéria, sendo que todos já tinham conhecimento das árvores que tinham sido cortadas e nos restantes projetos a questão foi esclarecida pelos técnicos.

Pedro Guilhermino (PS) disse que apenas hoje ficou esclarecido sobre o assunto e que podia ter sabido do assunto antes se a Câmara assim o quisesse.

Passou-se ao ponto 2. Recomendar a suspensão imediata de todos os abates de árvores (em curso e futuros) no âmbito de intervenções urbanísticas.

Jorge Carvalho (CDU) disse que, no entendimento da Câmara Municipal, uma árvore e um bocado de relva era a mesma coisa, mas fez notar que nem todas as plantas descarbonizavam da mesma forma, uma árvore frondosa e um arbusto não tinham o mesmo impacto na descarbonização, daí ser importante replantar as árvores que fossem retiradas.

António Regedor (PMG) apresentou uma proposta de recomendação alternativa do seguinte teor: "Recomendar a suspensão imediata de todos os abates de árvores (em curso e futuros) no âmbito de intervenções urbanísticas e que sejam transplantadas as que por razões de projeto tiverem de ser retiradas do local onde se encontram."

João Carapeto (PS) disse que os vogais do PS aderiam à proposta de recomendação alternativa agora apresentada, não obstante a necessidade da mesma ser submetida a votação

Votação da proposta de recomendação alternativa: rejeitada com 12 votos contra e 11 votos a favor.

Não havendo mais assuntos a tratar, a sessão foi dada por encerrada.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia em exercício e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPINHO



Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício,

A Funcionária Municipal,
